



Alguns indicadores que refletem problemas na competitividade portuguesa não dependem no essencial da ação do Governo, mas das empresas

# Os temas pendentes na competitividade do país

Adrián Caldart

A recente difusão do *ranking* de competitividade dos países (Global Competitiveness Index) na **AESE**, elaborado anualmente pelo World Economic Forum, deixou-nos como é habitual alguns elementos interessantes para refletir. Entre estes, foram amplamente debatidos fatores como o excelente comportamento do país relativamente à qualidade das suas infraestruturas, especialmente rodovias, assim como também as muito destacadas posições que Portugal ocupa em matéria de saúde pública, ensino primário, formação de dirigentes empresariais e utilização de novas tecnologias por parte de empresas e cidadãos.

Contraopondo-se a estes dados positivos, foram também

amplamente difundidos os resultados modestos do país em fatores relacionados com a administração da justiça, a eficiência da despesa pública e a legislação, e as relações laborais.

A análise dos fatores anteriormente mencionados e a queda da posição global do país no *ranking*, do 45º lugar (2011) para o 49º, focam essencialmente aquilo que deveriam fazer as autoridades do Governo português e o Estado em geral, para melhorar a competitividade do país.

O Governo também participou no debate defendendo a sua posição com o argumento, não isento de alguma razão, de que as decisões tomadas desde a data de recolha dos dados com que foi elaborado o *ranking* deste ano (maio/junho 2011) estão a ter um impacto positivo na competitividade do país, o que se irá refletir no *ranking* de 2013.

**Não compete apenas ao Estado enfrentar o desafio de melhorar a competitividade do país. Os líderes das empresas também podem contribuir**

Sem esquecer a validade e importância associada ao debate sobre aquilo que o Governo pode fazer para melhorar a competitividade do país, quero fazer uma breve reflexão sobre alguns indicadores que refletem problemas na competitividade portuguesa e cuja melhoria não dependerá no essencial da ação do Governo, mas das empresas com as suas iniciativas individuais.

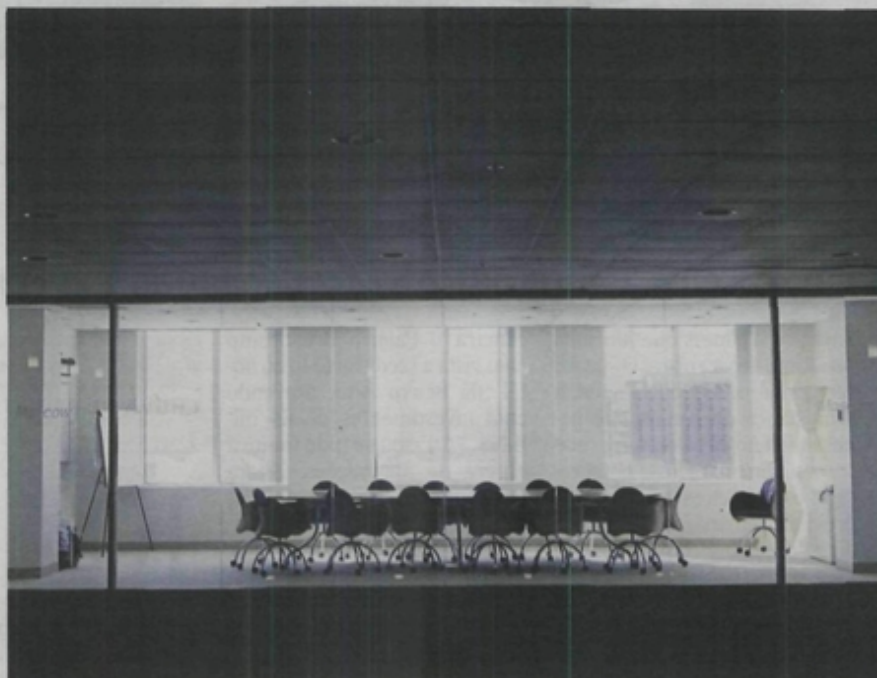
Estes indicadores referem-se a dois grandes temas: a qualidade da gestão e governo empresarial. Relativamente à gestão, o *ranking* de competitividade avalia três indica-

dores importantes: o grau de delegação de autoridade existente nas empresas, a profissionalização dos seus quadros e a aposta das empresas na formação. Numa economia que exige às empresas serem crescentemente sofisticadas, a delegação de autoridade é essencial para mobilizar o mais possível o potencial intelectual das empresas. Neste indicador, as empresas portuguesas ocupam o lugar 95 em 144 países. Relativamente à profissionalização e formação, dois aspetos cujo impacto positivo na qualidade de gestão empresarial tem sido amplamente documentado e que facilitam, por seu turno, a capacidade de delegar a autoridade, Portugal situa-se igualmente em posições de pouco destaque (79º e 73º lugares, respetivamente).

Em relação ao governo empresarial, as empresas portuguesas não têm melhores resultados. No indicador 'Eficácia dos Conselhos de Administração' das empresas portuguesas, Portugal está no 101º lugar, enquanto que naquele que mede o grau de proteção dos direitos dos acionistas minoritários, fator crítico para o bom desenvolvimento do mercado de capitais, o país ocupa o 66º, ainda distante da 49ª posição do país no seu conjunto.

Em síntese, esta nova edição do Global Competitiveness Index do World Economic Forum deixou-nos mais uma vez um misto de boas e más notícias. Todavia, não compete apenas ao Estado enfrentar o desafio de melhorar a competitividade do país. Os líderes das empresas também podem contribuir fazendo o seu 'trabalho de casa'.

Professor de Política de Empresa da AESE



Na eficácia dos Conselhos de Administração, Portugal está no 101º lugar FOTO CORBIS